

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE ALTO SANTO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11.05-001/2019
AQUISIÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 015/2019-PE

EDITAL

PREÂMBULO

A **PREFEITURA** de **ALTO SANTO**, Estado do **CEARÁ**, por intermédio da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**, mediante a Equipe de Pregão, designada pela Portaria nº 114/2018, de 01/08/2018, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local indicados, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP**, do tipo **MENOR PREÇO**, representado pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**, mediante Regime de **FORNECIMENTO PARCELADO**, conforme as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, observando as disposições da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Federal 8.538/2015, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 17, de 20 de março de 2017, e, subsidiariamente, Lei 8.666/93.

Recebimento das propostas: Até às 8:00 AM do dia 03/12/2019, no site www.bbmnetlicitacoes.com.br.

Abertura da sessão: 03/12/2019, às 2:00 PM, no site www.bbmnetlicitacoes.com.br

Início da disputa de preços: 03/12/2019, às 2:00 PM, no site www.bbmnetlicitacoes.com.br

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de material de limpeza, destinados a atender as necessidades dos órgãos da Prefeitura de Alto Santo, Estado do Ceará, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O Órgão Gerenciador deste Pregão Eletrônico SRP será a Secretaria de Administração e Finanças.

2.2. Participam desta licitação, além do Órgão Gerenciador, os seguintes órgãos: Controladoria e Ouvidoria Geral do Município, Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente, Secretaria de Infraestrutura, Obras e Urbanismo, Secretaria de Política Para a Mulher e Acessibilidade, Secretaria de Cultura e Juventude, Secretaria de Governo, Secretaria de Educação, Esporte, Ciência e Tecnologia, Secretaria de Saúde.

2.2.1. Secretaria de Educação, Esporte, Ciência e Tecnologia.

3. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

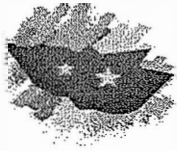
3.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer Órgão ou Entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto Municipal nº 17, de 20 de março de 2017.

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.



3.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1. O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases através do Sistema de pregão eletrônico (licitações) da Bolsa Brasileira de Mercadorias.

4.2. A utilização do sistema de pregão eletrônico da Bolsa Brasileira de Mercadorias está consubstanciada nos §§ 2º e 3º do artigo 2º da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002.

4.3. O sistema de pregão eletrônico da Bolsa Brasileira de Mercadorias é certificado digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil).

4.4. Os trabalhos serão conduzidos por Pregoeiro indicado pela Secretaria de Administração e Finanças, com o apoio técnico e operacional da Bolsa Brasileira de Mercadorias, no endereço eletrônico www.bbmnet.com.br, acesso "licitações públicas".

4.5. Em face ao atendimento aos pressupostos estabelecidos no Art. 48, Incisos I da Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 de 7 de agosto de 2014, para o processo licitatório, será adotado o tipo de concorrência PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

4.6. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas nas publicações inerentes ao processo licitatório e as especificações técnicas constantes no Anexo I - Termo de Referência deste Edital, o licitante deverá obedecer a este último.

4.7. Todas as referências de tempo indicadas no Termo de Referência, neste Edital e nos Anexos, bem como nos avisos e durante as sessões públicas, observarão o fuso horário do Município de Alto Santo, Estado do Ceará.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO SRP

5.1. A participação neste Pregão é exclusiva a Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e equiparados enquadrados no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, vigente na presente data, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

5.2. A participação no Pregão implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital e seus anexos e Leis aplicáveis.

5.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.3.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.3.3. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.3.4. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

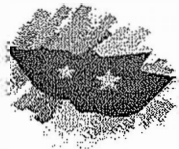
5.3.5. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

5.3.6. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

5.4. Como requisito para participação no pregão eletrônico o licitante deverá manifestar em campo próprio do sistema, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (§ 2º do art. 21 do Decreto n. 5.450/05).

5.5. As microempresas ou empresas de pequeno porte que desejarem fazer uso dos benefícios da Lei Complementar 123/2006, deverão informar sua condição de ME-EPP no campo próprio do sistema quando do cadastro da proposta sem, contudo, identificar-se, sob pena de desclassificação.

5.6. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte não proceda da forma estabelecida no item anterior, interpretar-se-á como renúncia tácita aos benefícios da Lei Complementar 123/2006.



6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento junto ao sistema operacional poderá ser realizado diretamente no sítio eletrônico da Bolsa Brasileira de Mercadorias, no endereço <http://www.bbmnetlicitacoes.com.br>.

6.1.1. O Credenciamento é a condição obrigatória para formulação de lances e para a prática de todos os atos deste Pregão Eletrônico SRP.

6.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

6.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

7. DO ENVIO DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes encaminharão até às 8:00 AM do dia 03/12/2019, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste edital, proposta de preços, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

7.2. A proposta, exceto salvo indicação em contrário, deverá descrever, sob pena desclassificação:

7.2.1. Marca, valor unitário e total dos produtos.

7.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

7.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.10. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

7.11. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

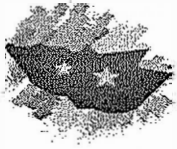
7.12. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

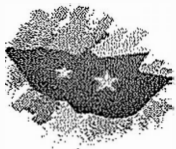
8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também serão desclassificadas as propostas que identifiquem o licitante.



- 8.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.5.** Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances, com duração prevista de 30 (trinta) minutos.
- 8.5.1.** A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 8.6.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.7.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,01 (um centavo).
- 8.8.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 8.9.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.10.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.11.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.12.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.13.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.14.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 8.15.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 8.16.** Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.17.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.18.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.19.** Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.20.** Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 8.21.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Administração e Finanças.
- 8.21.1.** Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.



8.22. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.23. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

8.23.1. O sistema não identificará o autor dos lances ao pregoeiro e aos demais participantes.

8.24. No caso de desconexão com a Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando a Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

8.25. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.26. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.28.1. No país;

8.28.2. Por empresas brasileiras;

8.28.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.28.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital

8.31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.32. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.33. Após a negociação do preço, a Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.



9.6.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, O Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando nova data e horário para a sua continuidade.

9.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.9.1. Também nas hipóteses em que O Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.10. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DAS AMOSTRAS

10.1. O Pregoeiro poderá abrir prazo ao licitante para que este apresente documentos que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.1.1. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro poderá exigir que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 3 (três) dias úteis contados da solicitação, definindo local e horário de realização dos procedimentos para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.1.1.1. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

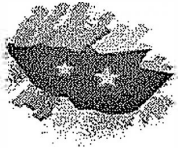
10.1.1.2. Se as amostras apresentadas pelo primeiro classificado não forem aceitas, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado, seguindo-se com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10.1.1.3. Os exemplares colocados à disposição da Secretaria de Administração e Finanças serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

10.1.1.4. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Secretaria de Administração e Finanças, sem direito a ressarcimento.

10.1.1.5. Os licitantes deverão colocar à disposição da Secretaria de Administração e Finanças todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

10.2. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.



11. DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, através dos seguintes procedimentos:

11.1.1. Verificação da existência de sanção que impeça a participação neste Pregão Eletrônico SRP ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1.1.1. Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços do Município de Alto Santo;

11.1.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

11.1.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.2.1. Da consulta, a critério do Pregoeiro, poderá ser juntada documentação de comprovação aos requisitos exigidos.

11.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.4. Caso necessário, o Pregoeiro poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a se reunir.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Para habilitação na licitação, exigir-se-á dos interessados, cadastrados ou não no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços do Município de Alto Santo, a seguinte documentação:

12.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

12.2.1. No caso de Empresário Individual:

12.2.1.1. Registro Público de Empresa Mercantil na Junta Comercial do domicílio sede do licitante.

12.2.2. No caso de Microempreendedor Individual:

12.2.2.1. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual expedido pela Receita Federal do Brasil – RFB.

12.2.3. No caso de Sociedades Empresárias ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI:

12.2.3.1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado pela Junta Comercial do domicílio sede do licitante.

12.2.4. No caso de Sociedade por Ações:

12.2.4.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados pela Junta Comercial do domicílio sede do licitante, acompanhado de cópia de identidade, CPF e comprovação de eleição de seus administradores atuais;

12.2.5. No caso de Sociedade Simples:

12.2.5.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou Órgão Equivalente, do domicílio sede do licitante, acompanhado de cópia de identidade, CPF e comprovação de eleição de seus administradores atuais;

12.2.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país:

12.2.6.1. Decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.2.6.1.1. Os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos



do seu texto podendo ser substituídos, preferencialmente, pelo respectivo consolidado.

12.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 12.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 12.3.2. Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, através de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, referente à situação do sujeito passivo no âmbito da Receita Federal do Brasil – RFB, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFB e Seguridade Social – INSS;
- 12.3.3. Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- 12.3.4. Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- 12.3.5. Prova de regularidade fiscal com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 12.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 12.4.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 12.4.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do exercício social 2018, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.
 - 12.4.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.
- 12.4.3. Demonstrativo de comprovação da situação financeira da empresa, constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

LG= Liquidez Geral – superior a 1
SG= Solvência Geral – superior a 1
LC= Liquidez Corrente – superior a 1

Sendo,
LG= (AC+RLP) / (PC+PNC)
SG= AT / (PC+PNC)
LC= AC / PC

Onde:
AC= Ativo Circulante
RLP= Realizável a Longo Prazo
PC= Passivo Circulante
PNC= Passivo não Circulante
AT= Ativo Total

- 12.4.4. As empresas, cadastradas ou não no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços do Município de Alto Santo, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do item pertinente.
- 12.4.5. O Demonstrativo do Cálculo dos Índices Contábeis deve ser extraído do Balanço e dos Demonstrativos apresentados junto a documentação de habilitação do Licitante, deve ser elaborado e assinado por contador ou profissional equivalente que seja devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, ficando este Demonstrativo dispensado da obrigação de estar protocolado ou registrado na Junta Comercial da sede ou do domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente, desde que emitidos até a data anterior à realização deste Certame, exceto em caso de abertura de prazo para juntada de nova



documentação por conta de inabilitação de todos os licitantes, quando poder ser unido novo prazo para a sua emissão.

12.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

12.5.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de produtos em características, quantidades e prazos compatíveis, por meio da apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

12.5.1.1. Não há obrigatoriedade de que as nomenclaturas constantes do atestado sejam idênticas à utilizada nas definições tratadas neste Edital, contudo as informações neles inseridas deverão ser suficientes para que se faça a aferição da compatibilidade dos serviços com aqueles exigidos no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

12.6. CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

12.6.1. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

13. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

13.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

13.2. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

13.3. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

13.4. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.5. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

14. DAS REGRAS COMPLEMENTARES DA DOCUMENTAÇÃO

14.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.2. Quando o contrato for executado por filial da empresa, o licitante deverá comprovar a regularidade fiscal e trabalhista da matriz e da filial.

14.3. Todas as certidões deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 30 (trinta) dias contados da data da abertura da sessão pública.

14.4. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

14.5. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados:

14.5.1. Na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome do licitante e com o número do CNPJ;

14.5.2. Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;

14.5.3. Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

14.5.4. Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada na forma da Lei, exceto quando se tratarem de documentos que, por força da Lei, possuam códigos de validações que possam ser validados através de consulta aos sítios expedidores, dos quais serão juntados aos autos, a qualquer momento, pela Equipe de Pregão, para efeito de comprovação da consulta.

14.6. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.



14.6.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

14.7. Uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal da ME/EPP, esta será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro, comprovar a regularização, podendo, o prazo, ser prorrogado por igual período.

14.7.1. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação

14.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, marcando, oportunamente, nova data e hora para a sua reabertura.

14.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

14.10. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.11. Da sessão pública deste Pregão Eletrônico SRP divulgar-se-á Ata na forma definida na Lei.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15.4. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no cadastro do fornecedor, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

16. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

16.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

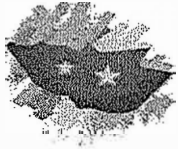
16.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

16.2.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor

16.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, encaminhando-as ao e-mail altosantolicitacao@hotmail.com, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, também encaminhando-as ao e-mail altosantolicitacao@hotmail.com, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.



17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Homologado o resultado da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo se encontra nela fixado, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o Órgão contratante para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

18.2.1. Os prazos previstos nos subitens anteriores poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

18.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição dos itens, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

19. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19.1. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o contrato.

19.2. O Contrato terá vigência até 31/12/2019.

19.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

19.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor, e aceita pela Administração.

19.5. Antes da assinatura do Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta ao Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços do Município de Alto Santo.

19.5.1. Na hipótese de irregularidade do registro no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços do Município de Alto Santo, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

19.6. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

20. DO REGIME DE EXECUÇÃO

20.1. O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de Fornecimento parcelado.

21. DA ENTREGA DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

21.1. Os critérios de recebimento, aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo deste Edital.

22. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO CONTRATANTE

22.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Edital.



23. DA SUBCONTRATAÇÃO

23.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

24. DO PAGAMENTO

24.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo CONTRATADO.

24.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

24.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras, sendo que, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Órgão contratante.

24.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

24.5. Antes de cada pagamento ao CONTRATADO, será realizada consulta ao Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços do Município de Alto Santo para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

24.6. Constatando-se, junto ao Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços do Município de Alto Santo, a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sendo que o prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Órgão contratante.

24.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Órgão contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

24.8. Persistindo a irregularidade, o Órgão contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurado ao CONTRATADO a ampla defesa.

24.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação junto ao Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços do Município de Alto Santo.

24.10. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do Órgão contratante, não será rescindido o contrato em execução com o CONTRATADO inadimplente no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços do Município de Alto Santo.

24.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

24.11.1. O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

24.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Órgão contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.



25. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei 8.666/93, o licitante/adjudicatário que:

- 25.1.1.** Não assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 25.1.2.** Apresentar documentação falsa;
- 25.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos neste Pregão Eletrônico SRP;
- 25.1.4.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 25.1.5.** Não manter a proposta;
- 25.1.6.** Cometer fraude fiscal;
- 25.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo;

25.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

25.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 25.3.1.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 25.3.2.** Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Alto Santo e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços do Município de Alto Santo, pelo prazo de até cinco anos;

25.4. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o CONTRATADO às seguintes penalidades:

- 25.4.1.** Advertência por escrito;
- 25.4.2.** Multa de mora de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato;
- 25.4.3.** Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
- 25.4.4.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Santo, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 25.4.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

25.5. A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o CONTRATADO às seguintes penalidades:

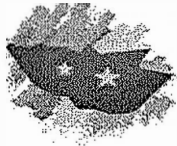
- 25.5.1.** Advertência por escrito;
- 25.5.2.** Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do contrato por ocorrência, até o limite de 10% (dez por cento);
- 25.5.3.** Em caso de inexecução total, multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
- 25.5.4.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Santo, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 25.5.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

25.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

25.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

25.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

25.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços do Município de Alto Santo.



26. DO REAJUSTE

26.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.

27. DAS ALTERAÇÕES

27.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 17, de 20 de março de 2017

28. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

28.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

28.2. A impugnação poderá ser feita de forma eletrônica, pelo e-mail altosantolicitacao@hotmail.com ou por petição dirigida ou protocolada na Sala da Comissão Permanente de licitação, no endereço Rua Coronel Simplicio Bezerra, 198, Centro, Alto Santo-CE, CEP 62.970-000, de segunda a sexta, das 08:00h às 12:00h.

28.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data do recebimento da impugnação.

28.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização deste Pregão Eletrônico SRP.

28.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, no endereço eletrônico altosantolicitacao@hotmail.com.

28.5.1. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

28.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos neste Pregão Eletrônico SRP.

28.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

28.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão anexados aos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização deste Pregão Eletrônico SRP na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

29.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

29.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

29.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

29.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

29.6. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Secretaria de Administração e Finanças.

29.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

29.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

29.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, no endereço situado à Rua Coronel Simplicio Bezerra, 198, Centro, Alto Santo-CE, CEP 62.970-000, de segunda a sexta, das 08:00h às 12:00h, no qual os autos do processo licitatório com vista franqueada aos interessados.



29.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

29.10.1. Anexo I - Termo de Referência;

29.10.2. Anexo II - Minuta da Ata de Registro de Preços;

29.10.3. Anexo III - Modelo de Proposta;

29.10.4. Anexo IV - Modelo de Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal;

29.10.5. Anexo V - Minuta de Contrato.

Alto Santo, Estado do Ceará, 20/11/2019.


Wendel Jorge da Silva
Pregoeiro



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA DE ALTO SANTO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11.05-001/2019
AQUISIÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 015/2019-PE

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de material de limpeza, destinados a atender as necessidades dos órgãos da Prefeitura de Alto Santo, Estado do Ceará, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

2. DO AGRUPAMENTO DOS ITENS E DA JUSTIFICATIVA

2.1. Os itens foram agrupados em 18 (dezoito) lotes, conforme abaixo descrito, pois são da mesma natureza e guardam relação entre si, sendo vendidos por mercados, supermercados ou distribuidores. Os itens dos referidos lotes possuem diversos fornecedores no ramo. Logo, a classificação das propostas pelo critério de menor valor por lote estimulará a participação de várias empresas no certame, além de possibilitar a ampliação da competitividade e ganho na economia de escala. Ademais, a utilização do referido critério evitará a excessiva pulverização de contratos, diminuindo o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação e ainda preservará o máximo possível a rotina de atividades dos órgãos da Prefeitura de Alto Santo, que poderia ser afetada por eventuais descompassos no fornecimento desses itens por diferentes fornecedores, indo ao encontro dos princípios da economicidade e eficiência.

2.2. Especificações:

LOTE 01

Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário estimado	R\$ Unitário total
025654	ÁCIDO MURIÁTICO	585	LITRO	4,01	2.345,85
025655	ÁGUA SANITÁRIA	7.820	LITRO	2,46	19.237,20
025656	ÁLCOOL COMERCIAL PARA LIMPEZA 500ML	335	LITRO	4,35	1.457,25
025657	ÁLCOOL EM GEL ANTISSEPTICO 65º	145	LITRO	8,76	1.270,20
025746	SODA CÁUSTICA EM ESCAMAS	78	UNIDADE	6,51	507,78
025772	ÁLCOOL HOSPITALAR HIDRATADO 70 INPM	54	LITRO	5,25	283,50
025785	SULFATO DE ALUMÍNIO	2	PACOTE	14,65	29,30
Valor total estimado do lote:					25.131,08

LOTE 02

Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário estimado	R\$ Unitário total
025659	BACIA PLÁSTICA Nº 35	38	UNIDADE	8,94	339,72
025660	BALDE PLÁSTICO 10 LITROS	243	UNIDADE	8,70	2.114,10
025661	BALDE PLÁSTICO 15 LITROS	132	UNIDADE	10,87	1.434,84
025662	BANDEJA DE PLÁSTICO TAMANHO GRANDE	60	UNIDADE	18,46	1.107,60
025669	CESTO DE PLÁSTICO COM TAMPA 100 LITROS	35	UNIDADE	56,62	1.981,70
025670	CESTO PLÁSTICO TELADO DE 10 LITROS	119	UNIDADE	5,58	664,02
025671	CESTO PLÁSTICO TIPO BALDE 40 LITROS P/ LIXO C/ TAMPA	34	UNIDADE	15,84	538,56
025672	CESTO PLÁSTICO TIPO BALDE 60 LITROS P/ LIXO C/ TAMPA	34	UNIDADE	31,98	1.087,32
025704	LIXEIRA DE 240 LITROS	6	UNIDADE	433,31	2.599,86
025705	LIXEIRA PLÁSTICA COM TAMPA E PEDAL 15 LITROS	78	UNIDADE	25,78	2.010,84
025706	LIXEIRA PLÁSTICA COM TAMPA E PEDAL 33 LITROS	19	UNIDADE	56,39	1.071,41
025707	LIXEIRA PLÁSTICA COM TAMPA E PEDAL 50 LITROS	40	UNIDADE	109,26	4.370,40
025715	PÁ PARA LIXO DE PLÁSTICO COM CABO	293	UNIDADE	5,07	1.485,51
025722	PENEIRA PLÁSTICO 24CM	22	UNIDADE	9,47	208,34
025754	CUMBUCA PLÁSTICA ESCOLAR 450ML	1.700	UNIDADE	2,77	4.709,00
025759	FUNIL PLÁSTICO TAMANHO M	20	UNIDADE	4,64	92,80





025760	KIT ESCOLAR PLÁSTICO PRATO, COLHER, COPO	2.000	UNIDADE		
025781	SABONETEIRA EM PLÁSTICO ABS	24	UNIDADE	4,00	96,00
Valor total estimado do lote:					41.312,02

LOTE 03

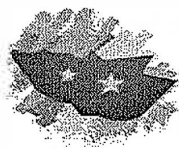
Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário estimado	R\$ Unitário total
025675	CERA LÍQUIDA INCOLOR 750ML	125	UNIDADE	6,96	870,00
025682	DESINFETANTE LÍQUIDO PARA USO GERAL 1000ML	5.180	LITRO	3,59	18.596,20
025683	DESODORIZADOR DE AMBIENTE 400ML	305	UNIDADE	8,93	2.723,65
025702	LIMPA VIDROS 500ML	180	UNIDADE	5,03	905,40
025703	LIMPADOR INSTANTÂNEO MULTIUSO LÍQUIDO 500ML	90	UNIDADE	3,11	279,90
025708	LUSTRA MÓVEIS 200ML	36	UNIDADE	5,58	200,88
025714	MULTI INSETICIDA NO MÍNIMO 300ML	226	UNIDADE	13,25	2.994,50
025755	DESINFETANTE DE USO GERAL CONCENTRADO 1/20	46	GARRAFA	31,47	1.447,62
Valor total estimado do lote:					28.018,15

LOTE 04

Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário estimado	R\$ Unitário total
025676	COLHER DESCARTÁVEL COR BRANCA PACOTE COM 50 UNIDADES	663	PACOTE	4,20	2.784,60
025678	COPO DESCARTÁVEL 150ML PACOTE C/ 100 UNIDADES	1.060	PACOTE	5,59	5.925,40
025679	COPO DESCARTÁVEL 200ML PACOTE C/ 100 UNIDADES	1.060	PACOTE	6,28	6.656,80
025680	COPO DESCARTÁVEL 50ML PACOTE C/ 100 UNIDADES	835	PACOTE	2,45	2.045,75
025681	CUBA DESCARTÁVEL GRANDE PACOTE C/ 10 UNIDADES	1.255	PACOTE	3,07	3.852,85
025694	GARFO DESCARTÁVEL PCT COM 50 UNIDADES	663	PACOTE	3,85	2.552,55
025698	GUARDANAPO DE PAPEL ABSORVENTE	1.341	PACOTE	2,13	2.856,33
025721	PAPEL TOALHA ROLO	100	PACOTE	4,88	488,00
025726	PORTA PAPEL TOALHA INTER FOLHADA	33	UNIDADE	30,54	1.007,82
025727	PRATO RASO DESCARTÁVEL Nº21 C/ 10 UNIDADE	1.500	PACOTE	3,13	4.695,00
025783	TOALHA DE PAPEL INTERFOLHADA BRANCA	730	PACOTE	9,23	6.737,90
Valor total estimado do lote:					39.603,00

LOTE 05

Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário estimado	R\$ Unitário total
025687	ESCOVA PARA SANITÁRIO COM SUPORTE	164	UNIDADE	7,26	1.190,64
025688	ESCOVA PARA SANITÁRIO SEM SUPORTE	40	UNIDADE	4,70	188,00
025689	ESPONJA DE LÃ DE AÇO	200	FARDO	17,89	3.578,00
025690	ESPONJA DUPLA FACE PARA LIMPEZA DOMESTICA	1.760	UNIDADE	0,89	1.566,40
025693	FÓSFORO MARÇO COM 10 CAIXINHAS	215	MAÇOS	3,27	703,05
025699	ISQUEIRO	126	UNIDADE	3,82	481,32
025728	RODO 40CM COM CABO	530	UNIDADE	6,12	3.243,60
025747	TÁBUA POLIPROPILENO 50X35CM	18	UNIDADE	20,03	360,54
025750	TOUCA CAPILAR EM TNT PCT C/ 100 UNIDADES	101	PACOTE	11,49	1.160,49
025762	REFIL PARA FILTRO DE ÁGUA MOD. AP 200	40	UNIDADE	42,15	1.686,00
025767	TONEIRA P/ BEBEDOURO COMUM	30	UNIDADE	11,00	330,00
025768	TORNEIRA P/ FILTRO DE CERÂMICA	14	UNIDADE	6,70	93,80
025769	TOUCA DESCARTÁVEL BRANCA	13	CAIXA	6,76	87,88
025774	BARBEADOR COM 2 LÂMINAS	126	PAR	2,82	355,32
025776	BOTA DE PVC BRANCA INJETADO CANO LONGO	20	PAR	51,90	1.038,00
025777	ESCOVA PARA LAVAR ROUPA	9	UNIDADE	3,95	35,55
025778	FILME DE PVC TRANSPARENTE ROLO COM 30M X 28CM DE LARGURA	34	ROLO	4,30	146,20
025782	TESOURINHA DE UNHA AÇO INOX PONTA RETA	17	UNIDADE	9,22	156,74
025784	PALITO PARA MESA CONTENDO 25 CAIXINHAS	24	PACOTE	8,44	202,56
Valor total estimado do lote:					16.604,09



LOTE 06

Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário estimado	R\$ Unitário total
025658	AVENTAL DE PLÁSTICO FORRADO	210	UNIDADE	20,07	4.214,70
025692	FLANELA 40X60	347	UNIDADE	2,20	763,40
025717	PANO DE CHÃO SACO COM CAPACIDADE DE 50 A 60 LITROS	1.835	UNIDADE	3,29	6.037,15
025718	PANO DE PRATO 40X66CM	865	UNIDADE	2,61	2.257,65
025748	TOALHA DE ROSTO EM TECIDO ATOALHADO	140	UNIDADE	7,17	1.003,80
025766	TOALHA DE BANHO INFANTIL	300	UNIDADE	16,57	4.971,00
Valor total estimado do lote:					19.247,70

LOTE 07

Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário estimado	R\$ Unitário total
025719	PAPEL HIGIENICO BRANCO FOLHA DUPLA	396	FARDO	81,79	32.388,84
025720	PAPEL HIGIENICO BRANCO FOLHA SIMPLES	970	FARDO	47,49	46.065,30
Valor total estimado do lote:					78.454,14

LOTE 08

Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário estimado	R\$ Unitário total
025663	ACIDULANTE NEUTRALIZADOR PARA LAVANDERIA	300	QUILO	127,26	38.178,00
025667	UMECTANTE PASTOSO PARA LAVANDERIA	200	QUILO	206,84	41.368,00
Valor total estimado do lote:					79.546,00

LOTE 09

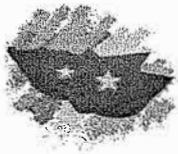
Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário estimado	R\$ Unitário total
025664	AMACIANTE PARA ROUPAS PARA LAVANDERIA	250	LITRO	18,32	4.580,00
025665	ALVEJANTE CLORADO EM PÓ PARA LAVANDERIA	300	QUILO	97,61	29.283,00
025666	DESINFETANTE HOSPITALAR CONCENTRADO 1/100	9	GARRAFÃO	148,69	1.338,21
025701	LIMPA ALUMÍNIO 500ML	1.550	UNIDADE	2,71	4.200,50
025771	AMACIANTE DE ROUPAS	33	LITRO	7,36	242,88
Valor total estimado do lote:					39.644,59

LOTE 10

Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário estimado	R\$ Unitário total
025668	DETERGENTE CONCENTRADO EM PÓ PARA LAVANDERIA	470	QUILO	95,79	45.021,30
025684	DETERGENTE CONCENTRADO EMBALAGEM PLÁSTICA DE 5 A 20 LITROS	200	LITRO	21,24	4.248,00
025685	DETERGENTE LÍQUIDO 500ML	5.740	UNIDADE	2,27	13.029,80
025786	DETERGENTE DESINCRUSTANTE	2	UNIDADE	157,93	315,86
Valor total estimado do lote:					62.614,96

LOTE 11

Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário estimado	R\$ Unitário total
025729	SABÃO DE COCO	82	QUILO	6,40	524,80
025730	SABÃO EM BARRA CAIXA COM 10KG E BARRAS DE 200 A 500G	590	QUILO	6,45	3.805,50
025731	SABÃO EM PÓ	2.605	QUILO	5,60	14.588,00
025733	SABONETE LÍQUIDO ANTISEPTICO 1000ML	516	UNIDADE	18,87	9.736,92
025763	SABONETE LÍQUIDO PH NEUTRO	240	UNIDADE	9,58	2.299,20
025764	SABONETE SÓLIDO INFANTIL 90G	50	PACOTE	4,51	225,50
025765	SHAMPOO INFANTIL 480ML	36	CAIXA	87,78	3.160,08
025780	SABONETE EM BARRA EM TABLETE COM GLICERINA	39	QUILO	1,63	63,57
Valor total estimado do lote:					34.403,57



LOTE 12

Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário estimado	R\$ Unitário total
025734	SACO PARA LIXO DOMICILIAR TIPO B 30 LITROS	1.510	PACOTE	7,35	11.098,50
025735	SACO PARA LIXO DOMICILIAR TIPO C 50 LITROS OU 10KG	855	PACOTE	8,89	7.600,95
025736	SACO PARA LIXO DOMICILIAR TIPO E 100 LITROS OU 20KG	740	PACOTE	18,15	13.431,00
025737	SACO PARA LIXO INFECTANTE TIPO C 30 LITROS	140	PACOTE	22,39	3.134,60
025738	SACO PARA LIXO INFECTANTE TIPO C 50 LITROS	150	PACOTE	36,93	5.539,50
025739	SACO PARA LIXO INFECTANTE TIPO E 100 LITROS	150	PACOTE	48,67	7.300,50
025740	SACO PLÁSTICO 20X10X0,025	20	QUILO	22,08	441,60
025741	SACO PLÁSTICO 60X40X0,10	75	QUILO	17,67	1.325,25
025742	SACOLA PLÁSTICA TRATADA 30X45CM	54	QUILO	10,45	564,30
025743	SACOLA PLÁSTICA TRATADA 50X50CM	54	QUILO	16,14	871,56
025744	SACOLA PLÁSTICA TRATADA 60X75CM	54	QUILO	7,63	412,02
025745	SACOLA PLÁSTICA TRATADA 80X100CM	74	QUILO	18,09	1.338,66
Valor total estimado do lote:					53.058,44

LOTE 13

Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário estimado	R\$ Unitário total
012052	VASSOURA DE PIAÇAVA COM CABO DE MADEIRA	200	UNIDADE	8,46	1.692,00
025751	VASSOURA SINTÉTICA PLASTIÇAVA	90	UNIDADE	10,52	946,80
025752	VASSOURA DE NYLON NOVIÇA	405	UNIDADE	6,60	2.673,00
025753	VASSOURA DE PÊLO	150	UNIDADE	5,72	858,00
025770	VASSOURA DE PALHA DE CARNAUBA	120	UNIDADE	2,83	339,60
Valor total estimado do lote:					6.509,40

LOTE 14

Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário estimado	R\$ Unitário total
025709	LUVA DESCARTÁVEL DE PLÁSTICO TRANSPARENTE C/ 100	302	PACOTE	10,16	3.068,32
025710	LUVA LÁTEX CANO LONGO TAMANHO GRANDE	50	PAR	12,70	635,00
025711	LUVA LÁTEX CANO LONGO TAMANHO MÉDIO	160	PAR	12,70	2.032,00
025712	LUVA LÁTEX CANO MÉDIO TAMANHO GRANDE	40	PAR	5,95	238,00
025713	LUVA LÁTEX CANO MÉDIO TAMANHO MÉDIO	299	PAR	4,37	1.306,63
Valor total estimado do lote:					7.279,95

LOTE 15

Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário estimado	R\$ Unitário total
025723	PILHA ALCALINA C 1,5V TAMANHO C	112	PAR	4,99	558,88
025724	PILHA ALCALINA PALITO 1,5V TAMANHO AAA	155	PAR	2,83	438,65
025725	PILHA ALCALINA PEQUENA 1,5V TAMANHO AA	147	PAR	3,05	448,35
025775	BATERIA ALCALINA 9V	54	UNIDADE	19,13	1.033,02
025779	PILHA DE LÍTIO CR2032	20	UNIDADE	6,81	136,20
Valor total estimado do lote:					2.615,10

LOTE 16

Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário estimado	R\$ Unitário total
025653	ABSORVENTE POS-PARTO COM GEL	200	PACOTE	16,34	3.268,00
025757	FRALDA DESC TAM XG PCT C/ 50 UNIDADES	120	PACOTE	38,67	4.640,40
025758	FRALDA DESCARTÁVEL TAM G PCT C/ 60 UNIDADES	120	PACOTE	31,81	3.817,20
025761	LENÇO UMEDECIDO PARA HIGIENE DO BEBÊ C/ 400 UNIDADES	40	BALDE	12,68	507,20
025773	ALGODÃO HIDRÓFILO	14	PACOTE	18,97	265,58
Valor total estimado do lote:					12.498,38



LOTE 17

Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário estimado	R\$ Unitário total
025695	GARRAFA TERMICA 19L	18	UNIDADE	274,84	4.947,12
025696	GARRAFA TÉRMICA PARA CAFÉ 1L	24	UNIDADE	29,44	706,56
025697	GARRAFA TÉRMICA PRESSÃO COM ALAVANCA EM AÇO INOX 2,5L	6	UNIDADE	93,36	560,16
Valor total estimado do lote:					6.213,84

LOTE 18

Item	Descrição	Quant.	Unidade	R\$ Unitário estimado	R\$ Unitário total
025673	CALDEIRÃO DE ALUMÍNIO CAPACIDADE 22 LITROS	26	UNIDADE	60,74	1.579,24
025674	CALDEIRÃO DE ALUMÍNIO CAPACIDADE 32 LITROS	26	UNIDADE	87,33	2.270,58
025677	CONCHA DE ALUMÍNIO TAMANHO GRANDE	26	UNIDADE	16,77	436,02
025686	ESCORREDOR DE ALUMÍNIO Nº 45	17	UNIDADE	82,96	1.410,32
025691	FACA P/ CORTE INOX 8" CABO POLIPROPILENO	18	UNIDADE	26,38	474,84
025700	LEITEIRA DE ALUMÍNIO C/ CABO DE MADEIRA 5,7L	24	UNIDADE	31,60	758,40
025716	PANELA DE PRESSÃO 10L.	18	UNIDADE	154,90	2.788,20
Valor total estimado do lote:					9.717,60
Valor total estimado da contratação:					562.472,01

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. Trata-se de aquisição de material de limpeza e higienização, destinados ao uso contínuo dos Órgãos da Prefeitura Municipal de Alto Santo, Estado do Ceará.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Os produtos a serem adquiridos se constituem em bens comuns, conforme disposições contidas no Art. 1º, parágrafo único, da Lei 10.520/02 e Art. 2º, § 1º do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

5. DA JUSTIFICATIVA DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O uso do Sistema de Registro de Preços se justifica em virtude de que, pelas características dos bens, enseja a necessidade de contratações frequentes, conforme disposto no Decreto Municipal nº 17, de 20 de março de 2017.

6. DO REGIME DE EXECUÇÃO

6.1. O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de Fornecimento parcelado.

7. DAS ALTERAÇÕES

7.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 17, de 20 de março de 2017.

8. DA ENTREGA E DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1. Os produtos serão entregues em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data de assinatura da ordem de compra, podendo ser prorrogado a critério da administração.

8.2. A entrega será feita no seguinte endereço: Rua Coronel Simplicio Bezerra, 198, Centro, Alto Santo-CE, CEP 62.970-000, de segunda a sexta, das 08:00h às 12:00h.

8.3. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta vencedora.

8.4. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta vencedora, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do CONTRATADO, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.





8.5. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do CONTRATADO pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO CONTRATANTE

9.1. São obrigações do Órgão contratante:

9.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta vencedora, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3. Comunicar ao CONTRATADO, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do CONTRATADO, através de servidor especialmente designado;

9.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

10.1.1.1. O objeto, quando cabível, deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.1.1.2. O prazo de validade dos produtos não poderá ser inferior a 80% do prazo total na data da entrega.

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4. Comunicar ao Órgão contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

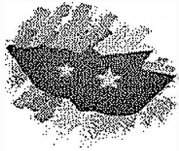
10.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.





12. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei 8.666/93, o licitante/adjudicatário que:

- 13.1.1.** Não assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 13.1.2.** Apresentar documentação falsa;
- 13.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos neste Pregão Eletrônico SRP;
- 13.1.4.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 13.1.5.** Não mantiver a proposta;
- 13.1.6.** Cometer fraude fiscal;
- 13.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo;

13.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

13.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

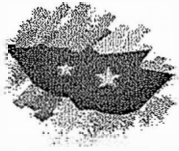
- 13.3.1.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 13.3.2.** Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Alto Santo e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços do Município de Alto Santo, pelo prazo de até cinco anos;

13.4. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o CONTRATADO às seguintes penalidades:

- 13.4.1.** Advertência por escrito;
- 13.4.2.** Multa de mora de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato;
- 13.4.3.** Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
- 13.4.4.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Santo, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 13.4.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

13.5. A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o CONTRATADO às seguintes penalidades:

- 13.5.1.** Advertência por escrito;
- 13.5.2.** Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do contrato por ocorrência, até o limite de 10% (dez por cento);
- 13.5.3.** Em caso de inexecução total, multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
- 13.5.4.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Santo, por prazo não superior a 02 (dois) anos;



13.5.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

13.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

13.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços do Município de Alto Santo.

Alto Santo, Estado do Ceará, 07/11/2019.


Wilza Carla de Moura Oliveira Cabó
Secretária de Administração e Finanças



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA ALTO SANTO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11.05-001/2019
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 015/2019-PE
AQUISIÇÕES

ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**, com sede à Rua Coronel Simplicio Bezerra, 198, Centro, Alto Santo-CE, CEP 62.970-000, inscrita no CNPJ sob o nº **07.891.666/0001-26**, neste ato representada por **WILZA CARLA DE MOURA OLIVEIRA CABÓ**, Secretária de Administração e Finanças, nomeada pela Portaria nº **019/2018**, de 01/02/2018, inscrita no CPF sob o nº **991.370.110-49**, considerando do Pregão Eletrônico SRP para **REGISTRO DE PREÇOS nº 015/2019-PE, PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 11.05-001/2019, RESOLVE** registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto Municipal nº 17, de 20 de março de 2017, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para a eventual Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de material de limpeza, destinados a atender as necessidades dos órgãos da Prefeitura de Alto Santo, Estado do Ceará, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência, do edital do Pregão Eletrônico SRP nº 015/2019-PE, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
Item	Especificação	Marca	Quantidade	R\$ Unitário	R\$ Total

3. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. Secretaria de Administração e Finanças, Controladoria e Ouvidoria Geral do Município, Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente, Secretaria de Infraestrutura, Obras e Urbanismo, Secretaria de Política Para a Mulher e Acessibilidade, Secretaria de Cultura e Juventude, Secretaria de Governo, Secretaria de Educação, Esporte, Ciência e Tecnologia, Secretaria de Saúde.

4. VALIDADE DA ATA

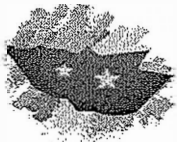
4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto aos fornecedores.

5.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.



- 5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 5.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 5.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 5.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 5.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 5.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 5.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 5.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo.
- 5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 5.9.1. Por razão de interesse público; ou
- 5.9.2. A pedido do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS

- 6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 6.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal nº 17, de 20 de março de 2017.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e Data.

.....
ÓRGÃO GERENCIADOR

.....
FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S)

Testemunhas

.....
CPF

.....
CPF



**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 015/2019-PE
ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA**

IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE PESSOA JURÍDICA:

Nome:

CNPJ

Endereço:

Telefone:

E-mail:

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

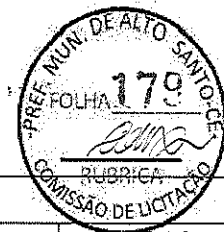
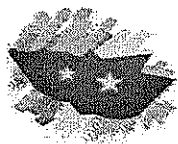
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO: Registro de Preços para a Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de material de limpeza, destinados a atender as necessidades dos órgãos da Prefeitura de Alto Santo, Estado do Ceará.

LOTE 01

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Marca	R\$ Unitário	R\$ Total
025654	ÁCIDO MURIÁTICO	585	LITRO			
025655	ÁGUA SANITÁRIA	7.820	LITRO			
025656	ÁLCOOL COMERCIAL PARA LIMPEZA 500ML	335	LITRO			
025657	ÁLCOOL EM GEL ANTISSÉPTICO 65º	145	LITRO			
025746	SODA CÁUSTICA EM ESCAMAS	78	UNIDADE			
025772	ÁLCOOL HOSPITALAR HIDRATADO 70 INPM	54	LITRO			
025785	SULFATO DE ALUMÍNIO	2	PACOTE			
Valor total do lote:						

LOTE 02

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Marca	R\$ Unitário	R\$ Total
025659	BACIA PLÁSTICA Nº 35	38	UNIDADE			
025660	BALDE PLÁSTICO 10 LITROS	243	UNIDADE			
025661	BALDE PLÁSTICO 15 LITROS	132	UNIDADE			
025662	BANDEJA DE PLÁSTICO TAMANHO GRANDE	60	UNIDADE			
025669	CESTO DE PLÁSTICO COM TAMPA 100 LITROS	35	UNIDADE			
025670	CESTO PLÁSTICO TELADO DE 10 LITROS	119	UNIDADE			
025671	CESTO PLÁSTICO TIPO BALDE 40 LITROS P/ LIXO C/ TAMPA	34	UNIDADE			
025672	CESTO PLÁSTICO TIPO BALDE 60 LITROS P/ LIXO C/ TAMPA	34	UNIDADE			
025704	LIXEIRA DE 240 LITROS	6	UNIDADE			
025705	LIXEIRA PLÁSTICA COM TAMPA E PEDAL 15 LITROS	78	UNIDADE			
025706	LIXEIRA PLÁSTICA COM TAMPA E PEDAL 33 LITROS	19	UNIDADE			
025707	LIXEIRA PLÁSTICA COM TAMPA E PEDAL 50 LITROS	40	UNIDADE			
025715	PÁ PARA LIXO DE PLÁSTICO COM CABO	293	UNIDADE			
025722	PENEIRA PLÁSTICO 24CM	22	UNIDADE			
025754	CUMBUCA PLÁSTICA ESCOLAR 450ML	1.700	UNIDADE			
025759	FUNIL PLÁSTICO TAMANHO M	20	UNIDADE			
025760	KIT ESCOLAR PLÁSTICO PRATO, COLHER, COPO	2.000	UNIDADE			
025781	SABONETEIRA EM PLÁSTICO ABS	24	UNIDADE			
Valor total do lote:						



LOTE 03

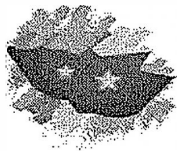
Item	Descrição	Quant.	Unidade	Marca	R\$ Unitário	R\$ Total
025675	CERA LÍQUIDA INCOLOR 750ML	125	UNIDADE			
025682	DESINFETANTE LÍQUIDO PARA USO GERAL 1000ML	5.180	LITRO			
025683	DESODORIZADOR DE AMBIENTE 400ML	305	UNIDADE			
025702	LIMPA VIDROS 500ML	180	UNIDADE			
025703	LIMPADOR INSTANTÂNEO MULTIUSO LÍQUIDO 500ML	90	UNIDADE			
025708	LUSTRA MÓVEIS 200ML	36	UNIDADE			
025714	MULTI INSETICIDA NO MÍNIMO 300ML	226	UNIDADE			
025755	DESINFETANTE DE USO GERAL CONCENTRADO 1/20	46	GARRAFA			
Valor total do lote:						

LOTE 04

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Marca	R\$ Unitário	R\$ Total
025676	COLHER DESCARTÁVEL COR BRANCA PACOTE COM 50 UNIDADES	663	PACOTE			
025678	COPO DESCARTÁVEL 150ML PACOTE C/ 100 UNIDADES	1.060	PACOTE			
025679	COPO DESCARTÁVEL 200ML PACOTE C/ 100 UNIDADES	1.060	PACOTE			
025680	COPO DESCARTÁVEL 50ML PACOTE C/ 100 UNIDADES	835	PACOTE			
025681	CUBA DESCARTÁVEL GRANDE PACOTE C/ 10 UNIDADES	1.255	PACOTE			
025694	GARFO DESCARTÁVEL PCT COM 50 UNIDADES	663	PACOTE			
025698	GUARDANAPO DE PAPEL ABSORVENTE	1.341	PACOTE			
025721	PAPEL TOALHA ROLO	100	PACOTE			
025726	PORTA PAPEL TOALHA INTER FOLHADA	33	UNIDADE			
025727	PRATO RASO DESCARTÁVEL Nº21 C/ 10 UNIDADE	1.500	PACOTE			
025783	TOALHA DE PAPEL INTERFOLHADA BRANCA	730	PACOTE			
Valor total do lote:						

LOTE 05

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Marca	R\$ Unitário	R\$ Total
025687	ESCOVA PARA SANITÁRIO COM SUPORTE	164	UNIDADE			
025688	ESCOVA PARA SANITÁRIO SEM SUPORTE	40	UNIDADE			
025689	ESPONJA DE LÃ DE AÇO	200	FARDO			
025690	ESPONJA DUPLA FACE PARA LIMPEZA DOMESTICA	1.760	UNIDADE			
025693	FÓSFORO MARÇO COM 10 CAIXINHAS	215	MAÇOS			
025699	ISQUEIRO	126	UNIDADE			
025728	RODO 40CM COM CABO	530	UNIDADE			
025747	TÁBUA POLIPROPILENO 50X35CM	18	UNIDADE			
025750	TOUCA CAPILAR EM TNT PCT C/ 100 UNIDADES	101	PACOTE			
025762	REFIL PARA FILTRO DE ÁGUA MOD. AP 200	40	UNIDADE			
025767	TONEIRA P/ BEBEDOURO COMUM	30	UNIDADE			
025768	TORNEIRA P/ FILTRO DE CERÂMICA	14	UNIDADE			
025769	TOUCA DESCARTÁVEL BRANCA	13	CAIXA			
025774	BARBEADOR COM 2 LÂMINAS	126	PAR			
025776	BOTA DE PVC BRANCA INJETADO CANO LONGO	20	PAR			
025777	ESCOVA PARA LAVAR ROUPA	9	UNIDADE			
025778	FILME DE PVC TRANSPARENTE ROLO COM 30M X 28CM DE LARGURA	34	ROLO			



ALTO SANTO

GOVERNO MUNICIPAL

O futuro já começou



025782	TESOURINHA DE UNHA AÇO INOX PONTA RETA	17	UNIDADE			
025784	PALITO PARA MESA CONTENDO 25 CAIXINHAS	24	PACOTE			
Valor total do lote:						

LOTE 06

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Marca	R\$ Unitário	R\$ Total
025658	AVENTAL DE PLÁSTICO FORRADO	210	UNIDADE			
025692	FLANELA 40X60	347	UNIDADE			
025717	PANO DE CHÃO SACO COM CAPACIDADE DE 50 A 60 LITROS	1.835	UNIDADE			
025718	PANO DE PRATO 40X66CM	865	UNIDADE			
025748	TOALHA DE ROSTO EM TECIDO ATOALHADO	140	UNIDADE			
025766	TOALHA DE BANHO INFANTIL	300	UNIDADE			
Valor total do lote:						

LOTE 07

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Marca	R\$ Unitário	R\$ Total
025719	PAPEL HIGIENICO BRANCO FOLHA DUPLA	396	FARDO			
025720	PAPEL HIGIENICO BRANCO FOLHA SIMPLES	970	FARDO			
Valor total do lote:						

LOTE 08

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Marca	R\$ Unitário	R\$ Total
025663	ACIDULANTE NEUTRALIZADOR PARA LAVANDERIA	300	QUILO			
025667	UMECTANTE PASTOSO PARA LAVANDERIA	200	QUILO			
Valor total do lote:						

LOTE 09

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Marca	R\$ Unitário	R\$ Total
025664	AMACIANTE PARA ROUPAS PARA LAVANDERIA	250	LITRO			
025665	ALVEJANTE CLORADO EM PÓ PARA LAVANDERIA	300	QUILO			
025666	DESINFETANTE HOSPITALAR CONCENTRADO 1/100	9	GARRAFÃO			
025701	LIMPA ALUMÍNIO 500ML	1.550	UNIDADE			
025771	AMACIANTE DE ROUPAS	33	LITRO			
Valor total do lote:						

LOTE 10

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Marca	R\$ Unitário	R\$ Total
025668	DETERGENTE CONCENTRADO EM PÓ PARA LAVANDERIA	470	QUILO			
025684	DETERGENTE CONCENTRADO EMBALAGEM PLÁSTICA DE 5 A 20 LITROS	200	LITRO			
025685	DETERGENTE LÍQUIDO 500ML	5.740	UNIDADE			
025786	DETERGENTE DESINCRUSTANTE	2	UNIDADE			
Valor total do lote:						

LOTE 11

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Marca	R\$ Unitário	R\$ Total
025729	SABÃO DE COCO	82	QUILO			



ALTO SANTO

GOVERNO MUNICIPAL

O futuro já começou



025730	SABÃO EM BARRA CAIXA COM 10KG E BARRAS DE 200 A 500G	590	QUILO			
025731	SABÃO EM PÓ	2.605	QUILO			
025733	SABONETE LÍQUIDO ANTISEPTICO 1000ML	516	UNIDADE			
025763	SABONETE LÍQUIDO PH NEUTRO	240	UNIDADE			
025764	SABONETE SÓLIDO INFANTIL 90G	50	PACOTE			
025765	SHAMPOO INFANTIL 480ML	36	CAIXA			
025780	SABONETE EM BARRA EM TABLETE COM GLICERINA	39	QUILO			
Valor total do lote:						

LOTE 12

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Marca	R\$ Unitário	R\$ Total
025734	SACO PARA LIXO DOMICILIAR TIPO B 30 LITROS	1.510	PACOTE			
025735	SACO PARA LIXO DOMICILIAR TIPO C 50 LITROS OU 10KG	855	PACOTE			
025736	SACO PARA LIXO DOMICILIAR TIPO E 100 LITROS OU 20KG	740	PACOTE			
025737	SACO PARA LIXO INFECTANTE TIPO C 30 LITROS	140	PACOTE			
025738	SACO PARA LIXO INFECTANTE TIPO C 50 LITROS	150	PACOTE			
025739	SACO PARA LIXO INFECTANTE TIPO E 100 LITROS	150	PACOTE			
025740	SACO PLÁSTICO 20X10X0,025	20	QUILO			
025741	SACO PLÁSTICO 60X40X0,10	75	QUILO			
025742	SACOLA PLÁSTICA TRATADA 30X45CM	54	QUILO			
025743	SACOLA PLÁSTICA TRATADA 50X50CM	54	QUILO			
025744	SACOLA PLÁSTICA TRATADA 60X75CM	54	QUILO			
025745	SACOLA PLÁSTICA TRATADA 80X100CM	74	QUILO			
Valor total do lote:						

LOTE 13

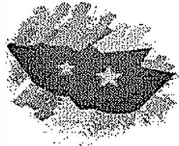
Item	Descrição	Quant.	Unidade	Marca	R\$ Unitário	R\$ Total
012052	VASSOURA DE PIAÇAVA COM CABO DE MADEIRA	200	UNIDADE			
025751	VASSOURA SINTÉTICA PLASTIÇAVA	90	UNIDADE			
025752	VASSOURA DE NYLON NOVIÇA	405	UNIDADE			
025753	VASSOURA DE PÊLO	150	UNIDADE			
025770	VASSOURA DE PALHA DE CARNAUBA	120	UNIDADE			
Valor total do lote:						

LOTE 14

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Marca	R\$ Unitário	R\$ Total
025709	LUVA DESCARTÁVEL DE PLÁSTICO TRANSPARENTE C/ 100	302	PACOTE			
025710	LUVA LÁTEX CANO LONGO TAMANHO GRANDE	50	PAR			
025711	LUVA LÁTEX CANO LONGO TAMANHO MÉDIO	160	PAR			
025712	LUVA LÁTEX CANO MÉDIO TAMANHO GRANDE	40	PAR			
025713	LUVA LÁTEX CANO MÉDIO TAMANHO MÉDIO	299	PAR			
Valor total do lote:						

LOTE 15

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Marca	R\$ Unitário	R\$ Total
025723	PILHA ALCALINA C 1,5V TAMANHO C	112	PAR			



025724	PILHA ALCALINA PALITO 1,5V TAMANHO AAA	155	PAR			
025725	PILHA ALCALINA PEQUENA 1,5V TAMANHO AA	147	PAR			
025775	BATERIA ALCALINA 9V	54	UNIDADE			
025779	PILHA DE LÍTIO CR2032	20	UNIDADE			
Valor total do lote:						

LOTE 16

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Marca	R\$ Unitário	R\$ Total
025653	ABSORVENTE POS-PARTO COM GEL	200	PACOTE			
025757	FRALDA DESC TAM XG PCT C/ 50 UNIDADES	120	PACOTE			
025758	FRALDA DESCARTÁVEL TAM G PCT C/ 60 UNIDADES	120	PACOTE			
025761	LENÇO UMEDECIDO PARA HIGIENE DO BEBÊ C/ 400 UNIDADES	40	BALDE			
025773	ALGODÃO HIDRÓFILO	14	PACOTE			
Valor total do lote:						

LOTE 17

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Marca	R\$ Unitário	R\$ Total
025695	GARRAFA TERMICA 19L	18	UNIDADE			
025696	GARRAFA TÉRMICA PARA CAFÉ 1L	24	UNIDADE			
025697	GARRAFA TÉRMICA PRESSÃO COM ALAVANCA EM AÇO INOX 2,5L	6	UNIDADE			
Valor total do lote:						

LOTE 18

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Marca	R\$ Unitário	R\$ Total
025673	CALDEIRÃO DE ALUMÍNIO CAPACIDADE 22 LITROS	26	UNIDADE			
025674	CALDEIRÃO DE ALUMÍNIO CAPACIDADE 32 LITROS	26	UNIDADE			
025677	CONCHA DE ALUMÍNIO TAMANHO GRANDE	26	UNIDADE			
025686	ESCORREDOR DE ALUMÍNIO Nº 45	17	UNIDADE			
025691	FACA P/ CORTE INOX 8" CABO POLIPROPILENO	18	UNIDADE			
025700	LEITEIRA DE ALUMÍNIO C/ CABO DE MADEIRA 5,7L	24	UNIDADE			
025716	PANELA DE PRESSÃO 10L.	18	UNIDADE			
Valor total do lote:						
Valor total da proposta:						

VALOR DA PROPOSTA

Valor Global: R\$ _____ (_____)

FORNECIMENTO DOS PRODUTOS

Início do fornecimento dos produtos: Conforme definido no Edital do Pregão Eletrônico SRP Nº 015/2019-PE e seus anexos.

VALIDADE DA PROPOSTA:

Prazo de validade: 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS:

Nos preços propostos acima estão incluídas todas as despesas, frete, tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Pregão.



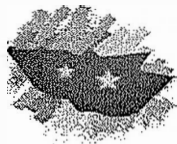
DECLARAÇÃO:

Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico SRP N° 015/2019-PE e seus anexos.

Local e data.

Assinatura

Observação importante: Esse modelo de proposta deverá ser encaminhado somente pelo vencedor, juntamente com a documentação de habilitação, após a realização do pregão, com o preço devidamente ajustado ao valor de fechamento da operação. É proibido enviar esse modelo de proposta antes da realização do pregão, pois fere a legislação vigente na medida em que o Pregoeiro toma conhecimento dos nomes dos participantes antes da fase competitiva do pregão. A proposta inicial será cadastrada no sistema, vedada a identificação do licitante.



PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 015/2019-PE
ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º,
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....(Nome do licitante Pessoa Jurídica)....., Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº, situada à, neste ato representada por seu representante legal o(a) Sr.(a), inscrito(a) no CPF sob o nº,
DECLARA, em atendimento ao previsto no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 015/2019-PE, que não possui em, seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

Observação importante: Esta declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do licitante e encaminhada somente pelo vencedor, juntamente com a documentação de habilitação, após a realização do pregão. É proibido enviar esta declaração antes da realização do pregão, pois fere a legislação vigente na medida em que o Pregoeiro toma conhecimento dos nomes dos participantes antes da fase competitiva do pregão.



**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 015/2019-PE
ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11.05-001/2019
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 015/2019-PE
CONTRATO Nº

CONTRATO DE AQUISIÇÕES, QUE FAZEM ENTRE SI A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E

A **PREFEITURA** de **ALTO SANTO**, Estado do **CEARÁ**, através da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**, com sede à **RUA CORONEL SIMPLICIO BEZERRA, 198, CENTRO, ALTO SANTO-CE, CEP 62.970-000**, inscrita no CNPJ sob o nº **07.891.666/0001-26**, neste ato representada pela Sra. **WILZA CARLA DE MOURA OLIVEIRA CABÓ**, Secretária de Administração e Finanças, nomeada pela Portaria nº **019/2018**, de **01/02/2018**, inscrita no CPF sob o nº **991.370.110-49**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, inscrito(a) no CNPJ sob o nº, sediado(a) à, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), inscrito(a) no CPF sob o nº, tendo em vista o que consta no **PROCESSO Nº 11.05-001/2019** e em observância às disposições da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Federal 8.538/2015, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 17, de 20 de março de 2017, e, subsidiariamente, Lei 8.666/93, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 015/2019-PE**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de material de limpeza, destinados a atender as necessidades dos órgãos da Secretaria de Administração e Finanças do Município de Alto Santo, Estado do Ceará, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	\$ Unit.	\$ Total

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

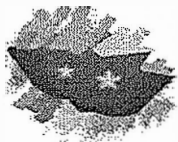
3.1. O Contrato terá vigência até 31/12/2019.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação serão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento do Município para o exercício de, na seguinte classificação:
.....

5. CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

5.1. Os produtos serão fornecidos mediante Fornecimento parcelado.



6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo CONTRATADO.

6.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

6.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras, sendo que, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Secretaria de Administração e Finanças.

6.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.5. Antes de cada pagamento ao CONTRATADO, será realizada consulta ao Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços do Município de Alto Santo para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

6.6. Constatando-se, junto ao Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços do Município de Alto Santo, a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sendo que o prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Secretaria de Administração e Finanças.

6.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Secretaria de Administração e Finanças deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.8. Persistindo a irregularidade, a Secretaria de Administração e Finanças deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurado ao CONTRATADO a ampla defesa.

6.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação junto ao Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços do Município de Alto Santo.

6.10. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Secretaria de Administração e Finanças, não será rescindido o contrato em execução com o CONTRATADO inadimplente no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços do Município de Alto Santo.

6.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.11.1. O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Secretaria de Administração e Finanças, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

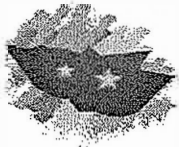
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.



7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços são fixos e irredutíveis

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

9. CLÁUSULA NONA – DA ENTREGA E DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. Os produtos serão entregues em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data de assinatura da ordem de compra, podendo ser prorrogado a critério da administração.

9.2. A entrega será feita no seguinte endereço: Rua Coronel Símplicio Bezerra, 198, Centro, Alto Santo-CE, CEP 62.970-000, de segunda a sexta, das 08:00h às 12:00h.

9.3. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta vencedora.

9.4. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta vencedora, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do CONTRATADO, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do CONTRATADO pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

11.1. São obrigações da Secretaria de Administração e Finanças:

11.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Contrato, no Edital e seus anexos;



- 11.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta vencedora, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 11.1.3. Comunicar ao CONTRATADO, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 11.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do CONTRATADO, através de servidor especialmente designado;
- 11.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

11.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

12.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 12.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
 - 12.1.1.1. O objeto, quando cabível, deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
 - 12.1.1.2. O prazo de validade dos produtos não poderá ser inferior a 80% do prazo total na data da entrega.
- 12.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 12.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 12.1.4. Comunicar à Secretaria de Administração e Finanças, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 12.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o CONTRATADO às seguintes penalidades:
 - 13.1.1. Advertência por escrito;
 - 13.1.2. Multa de mora de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato;
 - 13.1.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
 - 13.1.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Santo, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
 - 13.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.
- 13.2. A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o CONTRATADO às seguintes penalidades:
 - 13.2.1. Advertência por escrito;
 - 13.2.2. Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do contrato por ocorrência, até o limite de 10% (dez por cento);



- 13.2.3. Em caso de inexecução total, multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
- 13.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Santo, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 13.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

13.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços do Município de Alto Santo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao CONTRATADO o direito à prévia e ampla defesa.

14.3. O CONTRATADO reconhece os direitos da Secretaria de Administração e Finanças em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- 14.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 14.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 14.4.3. Indenizações e multas.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS VEDAÇÕES

16.1. É vedado ao CONTRATADO:

- 16.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 16.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pela Secretaria de Administração e Finanças, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.



18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Alto Santo, Ceará.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Local e Data.

.....
CONTRATANTE

.....
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

.....
CPF:

.....
CPF: